

O GLOBO
12 OUT 1985
CONSTITUINTE

Pedido de vista começou derrubada do substitutivo

BRASÍLIA — Na reunião de ontem da Comissão Mista que examina a proposta do Governo de convocação da Constituinte, o Líder em exercício no Senado, Hélio Gueiros, foi quem primeiro pediu vista do parecer do relator Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), que desagradou não só o PMDB como outros partidos. Ele declarou mais tarde que o fez para decidir com a bancada se o partido apresentaria novo substitutivo ou acolheria a emenda do Presidente José Sarney tal como enviada ao Congresso.

A reunião transcorria tranqüila até que Bierrenbach concluiu a apresentação de sua proposta e da justificativa. Gueiros pediu vista, assim como os Senadores Aderbal Jurema (PFL-PE) e José Ignácio (PMDB-ES) e os Deputados Gorgônio Neto (PDS-BA) e Nilton Alves (PDT-RS). O prazo regimental para pedido de vista é de cinco dias, e em meio a verdadeiro tumulto, a insistência de alguns parlamentares para que ele fosse cumprido integralmente, adiando-se ainda mais a apreciação da matéria, fez como que o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, apelasse ao bom senso da Comissão para que não fosse inviabilizada a votação da proposta pelo plenário do Congresso, prevista para a próxima semana.

O Brasil inteiro — disse Pimenta — deseja que seja votada convocação da Constituinte. A Câmara e o Senado foram convocados para, em esforço concentrado nos dias 22, 23 e 24 próximos, votar a emenda. Se esta Comissão não der parecer até sexta-feira, o plenário não poderá votar a proposta na próxima semana e aí a votação será adiada para depois de 15 de novembro, já que os parlamentares, com muita justiça e propriedade, estarão, dentro de poucos dias entregues às campanhas eleitorais em seus Estados.

Pimenta da Veiga chegou a sugerir que a votação na Comissão fosse marcada para hoje, mas acabou concordando em que ficasse para amanhã, conforme desejo de Hélio Gueiros, que requereu vista por 48 horas.

Assim que Gueiros formulou seu pedido, o Presidente da Comissão, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), declarou que a matéria estava em regime de urgência, e, portanto, a vista seria concedida por apenas 48 horas. Isso motivou protestos de alguns Deputados, como José Genoíno (PT-SP) e José Machado (PFL-MG), que sustentaram que para emenda constitucional não há urgência, mas apenas preferência, o que foi confirmado pelo Deputado João Gilberto (PMDB-RS).

Genoíno e Machado sustentavam que o prazo regimental de cinco dias teria de ser cumprido, enquanto o

Senador Aloysio Chaves (PDS-PA) e João Gilberto lembravam que a praxe é a de que a Comissão decida sobre o prazo, reduzindo-o, se assim o entender.

Helvídio Nunes reforçou essa posição afirmando que a Comissão sempre tentou amenizar a rigidez dos textos legais. Mas Genoíno insistiu em que se o prazo legal fosse "atropelado" a Comissão estaria "casuisticamente resolvendo um problema político" e defendeu a necessidade de o órgão examinar a matéria em um tempo superior a 48 horas, já que o substitutivo apresentava muitas idéias novas.

A favor de Genoíno colocou-se o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que, exaltado, afirmou que "a Comissão não pode votar a convocação da Constituinte a toque de caixa". Contra eles, o Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) disse que, apesar de ser importante o trabalho da Comissão Mista, havia ainda a votação em plenário.

João Gilberto observou então que houve um erro coletivo, pois a Comissão, ao estabelecer seu cronograma, não previu um prazo para a discussão interna e "o amadurecimento das divergências". Já o Senador Itamar Franco (PMDB-MG) sustentou que o prazo de cinco dias para o pedido de vista não poderia ser reduzido, e o Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) condenou a pressa dos que queriam ver o parecer votado em dois dias.

Depois de muita discussão, Helvídio Nunes, favorável a que se frutasse o endário, submeteu as duas propostas de reunião amanhã ou segunda-feira próxima — à comissão, que optou, por 12 votos a quatro pela primeira.

Ainda na reunião — à qual compareceram 39 parlamentares, entre eles os líderes do PMDB, PFL, e PT — Gadelha levantou uma questão de ordem. Quis saber se o substitutivo de Bierrenbach estava subscrito por um terço dos membros da Câmara e um terço dos membros do Senado, exigência regimental. Pretendia a declaração de inépcia do substitutivo, que de fato não tinha o apoio necessário. A questão foi contornada com a garantia do relator de que colheria as assinaturas antes de a matéria ir a plenário.

Na reunião, Bierrenbach foi criticado por Gadelha e pelo Deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG) por não ter entregue o parecer no último dia 8, conforme havia prometido. O relator observou, então, que a prorrogação do prazo dos trabalhos da Comissão é regimental e foi aprovada pelo plenário do Congresso, acrescentando que motivos de força maior o impediram de cumprir o acertado.



O Relator Flávio Bierrenbach lê o substitutivo na reunião da Comissão

Bierrenbach não se preocupa: Rejeição é incidente previsível

BRASÍLIA — A derrota do substitutivo à emenda que convoca a Constituinte não significa um revés para o político Flávio Bierrenbach: ao contrário, segundo a maioria dos parlamentares, Bierrenbach assegurou sua reeleição em São Paulo, embora tenha investido contra as posições da Aliança Democrática, PTB e PDS de uma só vez e de forma agressiva. Por isso mesmo, ontem, após a tumultuada reunião da Comissão Mista, ele se mostrava despreocupado.

— A rejeição de um substitutivo é um incidente regimental previsível — disse.

Bierrenbach atraiu contra si a ira de 90 por cento do Congresso e surpreendeu as lideranças partidárias, do PMDB ao PDS, passando pelo PFL e PTB. Todos sabiam de suas posições, manifestadas em sucessivas reuniões. Mas ninguém acreditou até ontem que ele elaborasse um substitutivo sem brechas a negociações políticas. Na última reunião na residência do Presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, ele disse alto e bom som: "Reconheço que há distância entre a realidade e o ideal político".

Essa frase, repetida outras vezes, tranqüilizou a todos, especialmente Ulysses Guimarães e o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga. Mas anteontem, Ulysses e Pimenta acordaram para a realidade do relator: Bierrenbach mantinha

em seu texto rascunhado todas as convicções e posições pessoais e eleitorais. Demovê-lo foi tentativa inútil e desastrosa.

Sempre estribado na afirmação de que suas posições resultavam de consultas à sociedade civil, ele colocou-se lado a lado com o PDT e o PT, alinhando seu substitutivo às teses da esquerda, indispensáveis à sua campanha eleitoral em 86.

Alçado à condição de relator por Pimenta da Veiga, que assim agiu a fim de evitar sua ida para o PSB, Bierrenbach ocupou lugar destinado ao Deputado João Gilberto (PMDB-RS), preterido à última hora por anteceder a Pimenta suas restrições à emenda do Governo.

Pelo caminho que escolheu — do êxito eleitoral — o relator propõe na prática três eleições: uma traduzida no plebiscito de março de 86; outra a sete de setembro para os constituintes; e a última, a 15 de novembro, para Governadores.

— Pedimos vista porque com três pleitos ele "embananou" tudo — disse na Comissão o Senador Aderbal Jurema (PFL-PE).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 46 anos, Deputado Federal na primeira legislatura, com razoável experiência no Legislativo Estadual, Flávio Bierrenbach é identificado como "um liberal afinado com as teses socialistas."

Lyra promete em março nova lei de imprensa

SÃO PAULO — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, pretende entregar o anteprojeto de Lei de Imprensa ao Congresso em 1.º de março do próximo ano, segundo anunciou ontem a um grupo de professores e alunos da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo, durante seminário sobre ética na informação e Constituinte.

A nova lei, de acordo com o Ministro, será uma "lei de liberdade, não de censura, que definirá os deveres e responsabilidades dos jornalistas, editoriais e empresas".

Marchezan critica envolvimento do PDS

BRASÍLIA — Se por acaso se encontrassem ontem nos corredores do Congresso Nacional, os Deputados Prisco Viana (PDS-BA) e Nelson Marchezan (PDS-RS) certamente teriam travado acirrada discussão: em locais diferentes eles trocaram críticas duras em entrevistas sobre a Constituinte. Marchezan, ex-Líder, não se conformava em ver o PDS pagando com o PMDB o ônus da rejeição do substitutivo de Bierrenbach. Prisco, atual líder, acusava-o de não conhecer o pensamento de 92 por cento do Partido.

Tão logo encerrada a reunião da Comissão Mista, Nelson Marchezan acusou Prisco Viana de "evitar manobra política capaz de impor à Aliança Democrática duro revés ao

rejeitar os termos do substitutivo do Deputado Flávio Bierrenbach". Segundo Marchezan, o Líder do PDS "cochichou o tempo todo com o líder do PMDB, Pimenta da Veiga".

Ao saber da acusação, Prisco rebateu imediatamente: — Ele passou longo tempo como Líder do maior partido, com folgada maioria, e não consentiu o País. Não compareceu a nenhuma reunião da bancada e não respondeu às consultas por escrito em que 92 por cento do Partido optaram pela Emenda Sarney.

A divergência é antiga e a troca de acusações vinha sendo evitada por ambos. Marchezan tem emenda própria propondo a Constituinte autônoma

ma e o PDS simplesmente a desconheceu por defender a tese de um Congresso Constituinte. Como oposição, Marchezan não aceita que o PDS se alinhe às teses da Aliança Democrática e acusa o Partido de, sob a Liderança de Prisco, não exercer seu papel de crítico da Nova República. Prisco assegura que o PDS não está apoiando o Governo, "mas a atipicidade da convocação da Constituinte exige que ela seja feita nos termos da Emenda Sarney".

— O PDS não vai ficar contra a Assembleia Nacional Constituinte. Eu compreendo bem os interesses eleitorais do Marchezan, mas a minha posição foi firmada depois de ouvida a bancada — disse.

Pazzianotto quer descentralização

BRASÍLIA — Em almoço com jornalistas, no restaurante do Senado, o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, disse ontem que se a futura Constituição não promover uma descentralização do poder de decisão da União "não se vai chegar a lugar nenhum". Ele deixou claro que é contra a tese da Assembleia Nacional Constituinte autônoma e alertou que o poder econômico "não brincará em serviço para garantir a eleição de candidatos".

— De uma forma ou de outra, através de uma Constituinte autônoma ou não, sabemos como vão ser eleitos os candidatos. O poder econômico terá forte influência, o coronelismo também, e a fraude, como todos sabem, vai permanecer nas regiões onde sempre atuou — disse.

Descontraído, o Ministro falou sobre teses econômicas, disse que não é possível solucionar os problemas do Brasil em seis meses, mas se equivou de respostas concretas a perguntas como a relativa a medidas políticas ou econômicas, que, efetivamente, possam mudar o quadro atual.

— O Japão e a Alemanha levaram 30 anos para se recuperarem da guerra — observou.

Demagogo, traidor, louco: eram as expressões mais ouvidas na Câmara

BRASÍLIA — "Ele é um demagogo barato. Fez da função um palanque para se reeleger em São Paulo". A acusação do Líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), reflete o clima de desgosto em todo o Congresso contra o Relator da emenda que convoca a Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). Frases como a de Lourenço, em tons mais ou menos exaltados, eram ouvidas nos corredores, gabinetes e plenários da Câmara e do Senado.

O Líder do PDS na Câmara, Prisco Viana (BA), condenava Bierrenbach por ter feito exatamente o contrário daquilo que deu a entender na reunião das lideranças partidárias na residência do Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães. Prisco se disse surpreso com o substitutivo de Bierrenbach e ouviu quando José Lourenço desabafava:

— Em política, acordo é a coisa mais séria, e ele traiu um acordo.

O Senador Marcondes Gadelha (PFL — PB) classificou o substitutivo de "um manifesto". O Presidente da Comissão mista, Senador Helvídio Nunes (PDS — PI) ironizava:

— Agora, ele vai disputar a eleição pelo PT.

O Deputado Israel Pinheiro Filho